



Desafios da produção e comercialização de alimentos nos Assentamentos Padre Nilo e Padre José, na Região Oeste Goiano, Goiás

Anna Lígia Alves Coelho
Universidade Estadual de Goiás – Campus Iporá
annaligiac@gmail.com

Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves
Universidade Estadual de Goiás – Campus Iporá
ricardo.goncalves@ueg.br

Resumo: A luta pela terra e reforma agrária, pela conquista e permanência nos territórios da existência e do trabalho dos camponeses sublinham as estratégias de resistência que urdem o campesinato brasileiro. Diante de uma estrutura fundiária desigual, que reproduz a exclusão dos trabalhadores do direito à terra, as lutas coletivas destes sujeitos no campo revelam os desafios para se construir um país mais digno e justo. Enquanto isso, a reforma agrária permanece como uma necessidade histórica. Apesar disso, acredita-se que a política de assentamentos rurais é um avanço na conquista dos trabalhadores. No entanto, a distribuição de terras demanda o fortalecimento de outras políticas que tocam a assistência técnica, disponibilidade de créditos, incentivos à produção e fomento dos circuitos de comercialização. Sendo assim, nesta pesquisa apresentamos os desafios da produção e comercialização de alimentos em dois assentamentos rurais localizados no Oeste Goiano, Goiás, o Padre Nilo (em Iporá e Amorinópolis) e Padre José (em Palestina). A metodologia contou com pesquisa de campo, observação direta e entrevistas. Os resultados apresentados contribuem com os estudos no campo da geografia agrária e dão visibilidade a uma realidade, a dos assentamentos rurais, que atravessa as problemáticas que compõem a questão agrária brasileira.

Palavras-Chave: Reforma Agrária. Território. Desenvolvimento Rural. Goiás.

Introdução

A presente pesquisa de Iniciação Científica resulta de investigações realizadas no âmbito do Projeto *Luta pela terra, território e reforma agrária na Região Oeste Goiano, Goiás*, junto ao Curso de Geografia e do Laboratório de Estudos Ambientais e do Território (LEAT), da Universidade Estadual de Goiás – Campus Iporá.

A construção das resistências que permeiam os desafios de acesso à *terra de trabalho* (MARTINS, 1983), concomitante com a defesa da efetivação de políticas de reforma agrária não se encerram com a conquista dos assentamentos pelos trabalhadores sem terra. Por consequência, a permanência dos camponeses na terra traduz a contínua luta cotidiana e irrefutável por um território de existência com dignidade, produção e comercialização de alimentos saudáveis e geração de renda familiar.



Considera-se, neste sentido, que um dos desafios centrais dos agricultores familiares camponeses assentados de reforma agrária está relacionado à produção e comercialização dos seus produtos. Diante disso, diferentes alternativas têm sido construídas no âmbito das políticas públicas de desenvolvimento rural/territorial, organização em cooperativas, associações, Organizações Não Governamentais (ONGs), e movimentos sociais. Em suma, são alternativas coletivas que fortalecem as estratégias de luta e permanência no território.

Material e Métodos

Os procedimentos metodológicos contaram com técnicas de pesquisa qualitativa como revisão bibliográfica, realização de pesquisa de campo, observação direta, diário de campo e entrevistas. Com ênfase na pesquisa de campo, conforme Thomaz Júnior (2005), ela se apresenta como uma alternativa concreta de executar/praticar a leitura do real, sendo assim um momento impar do exercício da práxis teórica. É no campo que as entrevistas semi-estruturadas, a observação, diário de campo foram concretizados.

Sendo assim, com base nesta metodologia analisamos os desafios da produção e comercialização de alimentos pelas famílias assentadas nos Assentamentos Rurais Padre Nilo (município de Amorinópolis e Iporá) e Padre José (município de Palestina de Goiás); verificamos se há acesso às políticas públicas de desenvolvimento rural e se as famílias camponesas estão organizadas em feiras locais e regionais, associações e cooperativas; por fim, constatamos se a produção de alimentos pelas famílias assentadas ocorre com base em princípios agroecológicos.

Resultados e discussão

O Assentamento Padre Nilo foi criado em 2007, e está dividido em 44 lotes numa área de 1463,6 hectares. Já o Assentamento Padre José foi criado em 2009, e está dividido em 23 lotes distribuídos numa área de 1334,5 hectares (INCRA, 2017). A territorialização destes Assentamentos em municípios do Oeste Goiano não



representa apenas a redistribuição de terra para trabalhadores e, portanto, a amenização da concentração fundiária na região. Territorializou-se também novas formas de relacionar-se com o solo, a água, as sementes; novas relações de vizinhança, reunião coletiva e ações de solidariedade; novos sonhos e esperanças numa vida acentuada pela integridade do trabalho na terra e a produção dos próprios alimentos.

Na pesquisa, as famílias assentadas relataram dificuldades para permanecer na terra. Em um dos relatos a família entrevistada pontuou o acesso a políticas de desenvolvimento rural. Pontuaram ainda a necessidade de que sejam fortalecidas ações de apoio técnico, esclarecimentos sobre o uso e manejo do solo, doação de mudas de árvores frutíferas nativas do Cerrado e apoio na comercialização da produção. Para isto, considera-se fundamental o fortalecimento de políticas de extensão rural que cultivem a dimensão pedagógica e comunicativa com os territórios camponeses, sua cultura e suas práticas socioculturais. Tal como ensinado por Freire (1977), contrapor as práticas extensionistas que transformam os camponeses em objetos de experiências e planos desenvolvimentistas, negando esses sujeitos como seres protagonistas de mudanças, de guardiões de saberes.

A produção de alimentos nos lotes dos Assentamentos Padre Nilo e Padre José é diversificada, com cultivos de milho, mandioca, melancia, maracujá, coco da Bahia, jaca, pimenta, jiló, quiabo e vários outros tipos de hortaliças, além da criação de animais para a alimentação, como porcos, galinhas, patos, angolas e gado leiteiro. Destaca-se também a importância desta produção para complementação de renda mediante a comercialização de produtos em feiras, mercados e contatos com consumidores particulares. Os próprios quintais das famílias assentadas revelam a abundância e diversidades de alimentos produzidos pela agricultura familiar camponesa.

Como relatado, mesmo com esta produção diversificada nas áreas de cada lote dos Assentamentos, muitas famílias não acessam nenhum programa do governo voltado para o fomento da comercialização como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Devido às dificuldades de escoamento da produção de alimentos como hortaliças e frutas, a maior parte das famílias assentadas optou por criação de gado leiteiro. Mas, não são



todos os assentados que possuem animais, e alguns tem que trabalhar fora como diaristas para conseguir manter o sustento da família com uma renda extra.

Perguntados sobre a importância das práticas agroecológicas nos usos do solo, das pastagens, da água e das sementes, as famílias entrevistadas acentuaram a importância da agroecologia. Afirmaram que aos poucos estão recuperando nascentes, utilizam pesticidas orgânicos, alguns baniram o uso de agrotóxicos no lote, outros preservam e cultivam sementes crioulas de milho, feijão, abóbora e quiabo. Percebeu-se, assim, que as oficinas desenvolvidas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Assentamento Padre Nilo são fundamentais para fortalecer as experiências agroecológicas, além de contribuir com a formação, consciência e educação socioambiental dos próprios camponeses.

Outro desafio para a produção de alimentos, constatado especificamente no Assentamento Padre Nilo, refere-se à degradação das nascentes e a falta de água em períodos críticos do ano, nos quais ocorre a seca das nascentes, poços e pequenas represas. Esta problemática tem sido enfrentada com o apoio da CPT por meio de projetos de recuperação de nascentes e uso local sustentável e compartilhado das fontes de água.

Mesmo diante das dificuldades enfrentadas cotidianamente na terra, para os entrevistados mudaram muitas coisas em suas vidas após a conquista do lote nas áreas dos Assentamentos. A possibilidade de cultivar o cuidado do seu próprio espaço, ter a liberdade de produzir o necessário para o autoconsumo e venda do excedente, irrigar a vida com estima e integridade, morar no território de existência coletiva, participar das reuniões e dos festejos camponeses. No Brasil, país que nega as condições primárias da vida digna – emprego, comida, moradia, educação, saúde etc. - de milhões de trabalhadores, é inegável a importância da conquista da *terra de trabalho*.

Considerações Finais

Em suma, acredita-se que a pesquisa contribui com o conhecimento da realidade agrária dos municípios da região do Oeste Goiano, Goiás, especialmente mediante a aproximação com áreas de assentamentos rurais e comunidades



camponesas que enfrentam os desafios da produção e comercialização de alimentos. Por isso, defendemos as formas de organização dos agricultores, circuitos de comercialização e fortalecimento de entidades e espaços como feiras locais e regionais, associações, cooperativas que fomentam o acesso a políticas públicas e incremento de renda. Destaca-se ainda que os resultados apresentados estabelecem diálogos de experiências substantivas com as formas de resistência, luta pela terra e permanência no território, construção de espaços contra-hegemônicos da agricultura camponesa.

Agradecimentos

Agradecemos a Universidade Estadual de Goiás (UEG) e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação pela concessão da bolsa de Iniciação Científica. Sublinhamos também o agradecimento ao apoio do Curso de Geografia e Laboratório de Estudos Ambientais e do Território – LEAT, da UEG – Campus Iporá, na realização desta pesquisa.

Referências

- FABRINI, J. E. *Assentamentos de trabalhadores sem-terra: experiências e lutas no Paraná*. Marechal Candido Rondon: LGeo, 2001.
- FREIRE, P. *Extensão ou comunicação*. Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 12.Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Brasília/DF, 2017.
- MARTINS, J. de S. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- THOMAZ JUNIOR, A. Trabalho de campo: o laboratório por excelência do geógrafo. In: THOMAZ JÚNIOR, A. **Geografia Passo-a-Passo: ensaios críticos dos anos 90**. Presidente Prudente: Centelha, 2005. p.20-26.